

Direito Eleitoral

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 24.03.2022

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
<u>Lei Federal nº 13.834, de 04 de junho de 2019</u>	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denúncia caluniosa com finalidade eleitoral. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.831, de 17 de maio de 2019</u>	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.488, de 6 de outubro de 2017</u>	Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei no 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.487, de 6 de outubro de 2017</u>	Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.165, de 29 de setembro de 2015</u>	Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 12.976, de 19 maio de 2014</u>	Altera o § 3º do art. 59 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer a ordem dos painéis na urna eletrônica.
<u>Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010</u>	Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato

Direito Eleitoral

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 24.03.2022

	(Lei da Ficha Limpa)
<u>Lei nº 11.300, de 10 de maio de 2006</u>	Dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a Lei no 9.504, de 30 de setembro de 1997.
<u>Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997</u>	Estabelece normas para as eleições.
<u>Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995</u>	Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.
<u>Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</u>	Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.
<u>Código Eleitoral – Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965</u>	Institui o Código Eleitoral

Atos Oficiais do PJERJ

Legislação	Ementa
<u>Resolução TJ/OE nº 6/2022</u>	Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para aperfeiçoar o sistema de escolha de candidatos para compor as listas tríplices de que tratam o art. 94, parágrafo único, e art. 120, parágrafo 1º, III, da Constituição Federal.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br